

ROUPA NOVA, MAS A MESMA PELE: A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM *ESAÚ E JACÓ*

Geraldo Witeze Junior¹

RESUMO: Este artigo trata da República proclamada em 1889 a partir de uma análise da obra *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. Para tanto, parte de acontecimentos da história recente do Brasil, estabelecendo uma vinculação entre a Primeira República e a atual. Percorre então as obras de alguns críticos para embasar o estudo, encaminhando-se para um exame dos irmãos Pedro e Paulo, protagonistas da obra. A rivalidade entre os irmãos, um monarquista, o outro republicano, é vista como uma alegoria do conflito político. Enfim, mostra como literatura de Machado de Assis ajuda a compreender o período de transição da Monarquia para a República.

Palavras-chave: Machado de Assis. *Esaú e Jacó*. República.

1. O novo e o velho

Em tempos de transformações políticas é comum evocarmos momentos passados para compreendermos o presente e mesmo para fazermos previsões. Ressurge a velha *historia magistra vitae* ciceroniana e a tragédia pode virar farsa – como disse Marx no seu *Dezoito de Brumário*. Aqui não se pretende fazer isso, como se verá adiante. Não se trata tampouco de abusar da literatura para afogar as mágoas do presente, como uma ressaca da transformação que não veio. Contudo, ainda que a história não sirva para explicar o presente, pode ser que haja certa empatia entre a vida atual e certa frustração pretérita, ao estilo do historiador francês Michelet. Daí que alguns livros sejam relidos em certos momentos e esquecidos em outros. E também que as memórias e afetividades sejam os elementos inventores dessa empatia: só do presente e da nossa própria vida podemos olhar para o passado, para a história e a literatura que o narram.

Em 1992, apenas três anos depois do retorno do regime democrático, o Brasil vivenciava uma grande decepção com a deposição do primeiro presidente eleito pelo voto popular após a derrocada da ditadura civil-militar de mais de vinte anos. O movimento estudantil reaparecia com os cara-pintadas e parecia que aquele era um momento de reacender a esperança: a derrubada de Collor era uma vitória contra a corrupção e fora o povo o autor da façanha. Após um solavanco, o Brasil podica caminhar a passos firmes para o desenvolvimento.

A seguir veio o governo de Itamar Franco que conseguiu a façanha de implementar o plano Real e conter a inflação, pondo as bases para o Brasil se tornar potência. Então veio o autor da façanha, Fernando Henrique Cardoso, autointitulado pai do Real, trazendo o delírio neoliberal, a

¹ Mestre em Teoria e História Literária (Unicamp); Professor dos departamentos de História e Letras da UEG de Jussara; Doutorando em História (UFG). Email: woitze@gmail.com.

ideia do estado mínimo e a estagnação econômica. As crises do México e dos tigres asiáticos afogavam o Brasil. Era a hora do “sapo barbudo”.

Luiz Inácio da Silva, ex-operário, lendário sindicalista, abrandado pela experiência e pela publicidade, aparou a barba, meteu-se num terno de grife e a conquistou maioria dos votos populares: a esperança finalmente vencera o medo. A vitória tinha ares de epopeia e ecoou pelo mundo. Agora sim era a hora do Brasil. Até que veio o mensalão e a bandeira da ética foi oficialmente abandonada.

Em 2003, quinze anos depois da constituição cidadã, havia uma esperança de que as coisas mudariam. Houve avanços importantes, como facilmente se nota: a vida melhorou, a classe média aumentou, os pobres compram geladeiras e fogões. No entanto a corrupção não acabou, as grandes reformas não foram feitas e o modo de fazer política continua inalterado. O Brasil pôs roupa nova, mas a pele continuou a mesma. E é isso o que nos leva a Machado de Assis e seu romance *Esau e Jacó*. Ali aprendemos que já na Primeira República havia a percepção de que no Brasil era possível mudar o regime e deixar tudo igual.

O romance mostra, através de seus dois protagonistas principais, os irmãos gêmeos Pedro e Paulo, a oposição entre a Monarquia e a República. Publicado em 1904, apenas quinze anos depois do advento do regime republicano, reflete já a percepção de que não houvera efetivamente a transformação esperada pelos entusiastas do novo regime. Machado nos ajuda a compreender o pensamento daquela época e permite entrever certa desilusão com a superficialidade das mudanças ocorridas.

É importante refletir sobre isso. O Brasil vive há mais de um século de regime republicano, interrompido duas vezes por ditaduras. A imagem de país pacífico, de povo cordial², contrasta com realidade social brasileira. O movimento *hip hop* em São Paulo, a cena musical *manguebit* do Recife, o trabalho escravo nas carvoarias do centro-oeste, os movimentos de luta pela terra, as lutas contra a destruição dos biomas brasileiros pelo agronegócio, os índios encolhidos em suas pequenas reservas, as crianças fazendo malabarismos em qualquer esquina de cidade grande: tudo isso clama por uma mudança real que para a boa parte da população ainda não veio. Hoje como no início do século passado podemos indagar: afinal, para quem a República foi proclamada?

Apesar da euforia com a bonança dos últimos anos há diversos indícios de desilusão neste início de século. Não falamos apenas da persistente crise econômica mundial, mas da violência crônica, do individualismo exacerbado, dos desastres ambientais, das desigualdades sociais e da permanência das relações autoritárias e clientelistas que questionam a eficácia da

2 Nesse caso trata-se da vulgarização do conceito de Sérgio Buarque de Holanda (1995).

República brasileira. A esperança que vencera o medo não converteu o sonho em realidade e a decepção faz com que procuremos outros momentos semelhantes. Daí que *Esau e Jacó* venha a calhar. Deve ficar claro que essa é uma percepção subjetiva: alguns podem achar que a identificação aqui proposta, mediada pela desilusão, é falaciosa; outros podem entender que não há indícios de desilusão no presente, questionando nosso ponto de partida; e talvez haja os que vejam com maus olhos a comparação de momentos históricos tão distantes um do outro. Essa diversidade de visões e questionamentos reforçam a evocação de Machado justamente porque seus textos contêm em si muitas vozes que permitem diversas possibilidades de interpretação, como adiante se verá. Nosso ponto de partida é a atualidade da obra machadiana e a sua importância para a compreensão do Brasil – de ontem e de hoje.

2. Machado entre a literatura e a história

Alfredo Bosi (1999, p. 169) aponta que para um bom o entendimento histórico e literário das obras de Machado de Assis, é interessante que percorramos ao menos uma parte do seu percurso ideológico. Sua trajetória “vai de Maquiavel a Adam Smith e de Pascal a Schopenhauer”, e nos fornece “materiais para a genealogia de um olhar machadiano”. É um compêndio de trechos de vários autores, “fragmentos significativos, balizas de um pensamento de que Machado nos deu uma singular e complexa variante. A qual tem, para nós brasileiros, a força peculiaríssima de revelar um passado que o nosso presente está longe de ter sepultado.”

O nosso literato-burocrata seria então um dos fundadores do pensamento, da cultura brasileira atual, se podemos falar nisso. Já que a comparação com Shakespeare é permitida³, ele seria o equivalente tupiniquim do bardo que, segundo Harold Bloom (2001), fundou o homem ocidental. Se no ocidente tudo passa por Shakespeare, no Brasil tudo passa por Machado. Partindo de diversas leituras ele teria criado uma variante da cultura ocidental e essa nova mistura seria uma das bases da “cultura brasileira” que temos hoje.

Ao mesmo tempo em que podemos censurar o renomado crítico literário por cometer um exagero, recebemos dele uma não menos dolorosa alfinetada. Seu olhar generalizante é por nós reprimido, mas nosso olhar histórico em direção Machado não é benquisto – caso se restrinja a isso. Para Bosi (1999, p. 167) “Identificar este ou aquele fato da vida pública do tempo de Machado é ater-se à resenha dos materiais brutos da sua ficção: tarefa que tem o seu interesse episódico como todo estímulo, mas que não deve substituir a análise e a interpretação da obra literária”.

Não é propriamente o olhar do historiador que é malvisto, mas a redução da obra

3 Bentinho, personagem de *Dom Casmurro*, foi comparado a Otelo por Helen Caldwell (2002).

literária a uma simples fonte histórica, esquecendo-se do seu valor artístico. Como tudo pode ser fonte para estudos históricos, não é preciso destruir a literatura nem desconsiderar a estética literária. Os conselhos de Bosi são úteis. Machado pode ser historiador, como quer Sidney Chalhoub (2003), mas antes disso é literato. Peneirar acontecimentos históricos nas obras seria um procedimento ingênuo e superficial.

Chalhoub (2006, p. 110), contudo, vê nessa ressalva um clichê que deve ser superado, pois não entende que “ler os textos de Machado de modo a atentar para a sua lógica histórica seja reduzi-los ou amarrá-los”. Ao contrário, pensa que “a história ‘liberta’ sentidos dos textos machadianos, pois torna apreensíveis aspectos deles que de outra maneira não o seriam”, e com isso pode mesmo enriquecer o texto literário. Como dizem Maria Célia Leonel e José Antonio Segatto (2009, p. 343), há passagens machadianas “em que o real e o imaginário, a ficção e a história misturam-se e parecem indistintos”. Sendo literato, Machado de Assis pode ser historiador.

Então, na verdade, a questão é a seguinte: “Uma visão historicista pontual, só atenta aos episódios extraficcionais mencionados ou supostos na obra de Machado tende a superpor e fundir as duas instâncias: o objeto da percepção do autor e a perspectiva do narrador; o tempo do relógio e o tempo da mente” (BOSI, 1999, p. 167). É difícil dizer que o autor e o narrador são um só, mas também não se pode dissociá-los completamente. O Conselheiro Aires e Brás Cubas são aqueles que podem dizer a verdade devido a sua situação liberta – um morto, o outro aposentado – e por isso estariam mais próximos do autor.

Se ficarmos com o Aires de *Esau e Jacó*, aquele que “não diz tudo o que pensa, por ‘tédio à controvérsia’: ouve mais do que fala e concilia o quanto pode” (BOSI, 1999, p. 130), vamos vê-lo um pouco mais contido. Entretanto, não podemos dizer que Machado (e mesmo o narrador) esteja também contido e incontroverso. Já no caso do *Memorial*, Bosi afirma que Aires é livre para dizer o que pensa. Ali o conselheiro diz que “não é mau afastar-se a gente da praia com os olhos na gente que fica” (15 de maio)⁴, e esse afastar-se pode ser a alegoria de um distanciamento da sociedade e da política, ainda que seus olhos continuassem a observar de longe. Portanto, para Aires, o homem livre seria aquele afastado, que olha tudo de fora, em contraposição aos outros que permanecem aprisionados na névoa de mentiras que seria a sociedade.

Lúcia Miguel Pereira (1988, p. 150) afirma existir uma fusão entre Machado e Aires, com um pouquinho de Brás Cubas. Seus livros seriam então “dolorosas confissões sob a capa do

4 Todas as citações de Machado de Assis são da edição digital *Romances e contos completos* disponibilizada em <http://www.brasilepub.com.br>, e preparada a partir dos textos disponibilizados pelo Ministério da Educação. Como a edição digital não tem paginação, nas citações constará apenas o capítulo. Exceto quando indicado, todas as citações são do romance *Esau e Jacó*. No *Memorial de Aires* não há divisão por capítulos, apenas são assinaladas as datas em que o conselheiro escreveu, à semelhança de um diário.

humorismo”, narrador e escritor estariam fundidos num só ser. O Conselheiro dominaria várias cenas da vida do escritor e poderíamos falar na existência de um Machado-Aires. Enxergar essa fusão é um caminho tentador mas se o trilharmos cairemos numa visão historicista, como afirma Bosi ao condenar essa fusão no texto acima citado. É um caminho fácil e perigoso, mas não parece completamente equivocado, especialmente se levarmos em conta o aspecto psicológico do processo da criação literária⁵.

“A própria elevação social do escritor acabou ajudando, a fusão acabou por se operar”, diz Lúcia M. Pereira (1988, p. 244), ou seja, o literato poderia se preocupar com questões internas, assim como Aires, por já ter o pão de cada dia garantido pela estabilidade do emprego público. Assegurado o lado material, poderia passar às especulações existenciais. Essa seria uma leitura materialista beirando o economicismo, o que é rejeitado por Bosi.

Entretanto, de acordo com Lúcia Pereira (1988, p. 247), com o passar dos anos até essas agitações internas silenciaram:

E assim aconteceu. O fermento da inquietação neutralizou-se, senão no seu espírito, ao menos nos seus escritos, pela ação calmante do velho Aires. A curiosidade continua, forrada de simpatia, pela vida humana; mas não o leva a esquadrihar-lhe o sentido; era curiosidade pura, vontade de se distrair.

Aqui vemos que a fusão defendida por Lúcia Pereira não é tão simples quanto aquela condenada por Bosi, pois aparece uma distinção entre os escritos e o espírito de Machado, ou seja, o narrador e o escritor não são os mesmos. Apenas em alguns momentos o escritor fala de si usando as palavras do narrador. Assim, Machado se sobrepõe a Aires.

O poder de dizer a verdade parece inspirar receio a Machado no *Memorial*. O Conselheiro é “um espírito que sabe que onde há história há conflito. Mas o ofício do diplomata é pensar a mediação dos interesses e das paixões” (BOSI, 1999, p. 131). O escritor não era um diplomata mas, a partir de um determinado momento da vida, talvez por causa do agravamento de sua doença, “vai abandonando aos poucos a crítica, vai-se alheando da vida política, fechando-se exteriormente na rotina, e interiormente nos seus romances” (PEREIRA, 1988, p. 146). Dessa forma torna-se cada vez mais semelhante a Aires: alheio à vida política, distante da crítica, enfim, conciliador.

Podemos dizer que a conciliação de Aires silencia o conflito. Se for essa também a posição do escritor torna-se realmente sedutor adotar uma postura marxista: o burguês Machado atestaria, nas suas obras literárias, através desse silenciamento, uma tentativa de manutenção da

5 Cf. CHINALLI (2003).

ordem vigente, na qual possuía, naturalmente, uma posição agradável. Disso decorre que o seu distanciamento da política seria somente aparente, pois ao se abster estaria simplesmente deixando tudo como estava, o que não deixa de ser uma atitude política, de luta de classes.

No entanto a postura de Machado nem sempre é a mesma de Aires. Ismael A. Cintra (1990, p. 25) atesta a falsidade do “famigerado [...] alheamento de Machado com relação aos acontecimentos políticos de seu tempo”. Justamente o romance *Esau e Jacó* deixa isso claro, já que ali são gastos onze capítulos para tratar da proclamação da República, além da rivalidade política entre os irmãos que perpassa todo o romance. Mais do que isso, há uma crítica sutil e irônica a respeito da superficialidade da transformação realizada pela República. Se não podemos falar de um afastamento da política, é importante tentar entender a visão machadiana desse tema.

Alfredo Bosi (1999, p. 141) ajuda a compreender isso melhor:

A obra final de Machado, sentida às vezes como o amaciamento de todos os atritos, parece, antes, desenhar em filigrana a imagem de uma sociedade (ou talvez, melhor, de uma classe) que, tendo acabado de sair de seus dilemas mais espinhosos (a abolição da escravidão, a queda do Império), quer deter e adensar o seu tempo próprio, fechando-se ciosamente nas alegrias privadas, que o narrador percebe valerem mais que as públicas.

Ainda que a valorização do público em relação ao privado seja uma característica burguesa, o afastamento de Machado não pode ser visto como reacionário, já que é apenas aparente. Era uma desilusão com a política, com o individualismo nascente? Talvez. Um desapontamento semelhante – não idêntico – ao de alguns ideólogos da República no Brasil. Podemos ter pelo menos duas leituras do escritor: “Machado, o desmistificador, e Machado, o despistador. No primeiro caso ele é quase terrorista; no segundo, quase conservador” (BOSI, 1999, p. 142).

Quanto às correntes da literatura brasileira é difícil classificar Machado de Assis dentro de alguma. Ainda que tenha característica realistas ao mesmo tempo é crítico desse movimento. Ele resiste à formação de tipos, de categorias estáticas. Isso se relaciona com a ideia de liberdade, pois as personagens não estão presas a um certo modelo pré-concebido: são livres para determinar seu curso na história. Há uma valorização do indivíduo, o que talvez o coloque forçadamente separado de outros escritores. É importante ressaltar que Machado não assimilou completamente os valores do racionalismo evolucionista do século XIX, ficando mais com “a suspeita bem voltairiana de que os homens de todas as épocas foram vítimas complacentes das suas ilusões e de toda sorte de paixões cristalizadas em um conceito que é, ao mesmo tempo, natural e social: o *interesse*” (BOSI, 1999, p. 28-29).

Ismael A. Cintra (1990, p. 29) escreve algo interessante:

O discurso machadiano apresenta um conjunto de características retóricas, ou técnicas, que

o distanciam inevitavelmente do discurso histórico. Distanciamento que implica rejeição a uma fala monológica de certezas absolutas. Discurso histórico não se refere aqui exclusivamente ao texto da História. Mas a um tipo de enunciado, seja jornalístico, seja literário, capaz de apresentar uma sequência de fatos sem deixar marca aparente do locutor. Numa espécie de mágica, os acontecimentos parecem narrar-se por si mesmos: são dispostos como se nascessem à medida que fossem surgindo na superfície linguística. No contexto da literatura, esse tipo de enunciado poderá ser encontrado com certeza em romances de moldes realista-naturalista.

Machado consegue construir um texto polifônico através dos artifícios literários que emprega. Leonel e Segatto (2009, p. 335) chamam a atenção para o fato de que “em *Esaú e Jacó*, o conselheiro [Aires] é autor do manuscrito que serviu de base à nova redação e ainda personagem que, tecnicamente, não detém o poder da palavra como narrador”. A princípio o narrador é onisciente, mas não permanece assim durante todo o romance. Quando se trata da descrição da mudança de regime há várias versões dos acontecimentos, alguns personagens assumem o papel do narrador e assim “se estabelece uma ambiguidade de origem na simples identificação da voz responsável pelo relato” (CINTRA, 1990, p. 29).

Leonel e Segatto (2009, p. 337-338) exploram muito bem as imbricadas relações entre o autor do manuscrito e o narrador:

O leitor interessado nos jogos de enunciação machadianos, iniciados na advertência desse volume de 1904, tem a curiosidade cada vez mais atizada ao longo do romance em virtude dos recursos utilizados nesse aspecto. Entrando na jogada, pode perguntar-se, por exemplo: O redator é também o narrador? Ou é tão somente o autor da reescritura que projetou um narrador, a ele delegando a voz narrativa, narrador esse que, por sua vez, finge ser apenas relator? Pode ainda perguntar se o manuscrito do conselheiro – a narrativa do último caderno – já trazia um narrador com tal capacidade de focalização onisciente ou se essa foi uma escolha do redator.

A confusão entre redator, narrador e autor do manuscrito é proposital e nos conduz a um labirinto. Dessa forma a dúvida se torna um elemento essencial no texto e certas vezes tudo o que fica são perguntas: ao invés de descrever as cenas, Machado designa para o leitor a tarefa de imaginar o que se passa e de resolver por si próprio as ambiguidades da narrativa. Em suma, o leitor é explicitamente o intérprete da história.

Resta dizer que Machado consegue um realismo incrível na construção de suas personagens. Elas são desvendadas, mas o significado de suas ações é deixado em aberto através do uso do “talvez” pelo narrador. Isso é conseguido justamente porque o narrador abdica da onisciência “quando essa postura não lhe é interessante. Tal artifício pode ser debitado ao fato de querer fazer crer que o narrador não tem todas as informações, pois só pode relatar o que está no manuscrito do conselheiro” (LEONEL; SEGATTO, 2009, p. 338-339). É como disse Bosi (1999, p. 32): “o olhar machadiano [...] ora se distancia da personagem, ora a penetra”. O nível de consciência do narrador

varia e, portanto, temos uma narrativa que permite ambiguidades, assim como os acontecimentos reais, de tal modo que temos um texto riquíssimo a explorar.

Almas juvenis, mas murchas e roídas de sonho

Há almas que têm
azuis luzeiros,
manhãs murchas
entre folhas do tempo,
e castos rincões
que guardam um velho
rumor de nostalgias
e sonhos.
[...]
Minh'alma está madura
faz muito tempo,
e se desmorona
turva de mistério.
Pedras juvenis
roídas de sonho
caem sobre as águas
de meus pensamentos.
Cada pedra diz:
"Deus está muito longe!"
Há almas que têm – Federico García Lorca

A análise de *Esaú e Jacó* pode começar pelo título. A metáfora bíblica que Machado emprega já nos diz muito. A rivalidade dos gêmeos do Gênesis foi predita por Deus e servia de símbolo do futuro conflito entre edomitas, descendentes de Esaú e subjugados posteriormente pelo grande rei Davi, e israelitas, descendentes de Jacó⁶. Ao falar dos dois gêmeos do romance devemos reconhecer que uma marca forte é a disputa entre Monarquia e República. O título, contudo, parece esvaziar a política: a briga era antes entre irmãos do que entre um monarquista e um republicano. Brigariam de qualquer jeito, e esse foi só mais um dos motivos de uma contenda que aconteceria inevitavelmente, independentemente da política.

O tom está dado: o privado se sobrepõe ao público, a desavença fraterna é superior à política, os indivíduos são mais importantes que o coletivo. Assim, a oposição entre Monarquia e República é construída a partir de pessoas: Pedro é monarquista, Paulo republicano, Flora, moça jovem por quem ambos manifestam interesse, é indecisa, ora pende para um, ora para outro, ouvindo e concordando com as opiniões de ambos, apenas pelo gosto de ouvir. Para o conselheiro Aires – conciliador acima de tudo – ela era inexplicável: talvez aqui tenhamos uma metáfora do Brasil.

Algumas vezes, devido a pedidos da mãe, os gêmeos parecem se reconciliar. No leito de

6 Cf. Gênesis XXV, 19-27.

morte Natividade pede que os filhos sejam amigos e desfaçam a discórdia. Isso acontece por algum tempo e é visível em sua atuação como deputados. O conflito, porém, ressurge, a despeito da memória da mãe. Isso causa espanto dos colegas da Câmara e um deles pergunta a Aires o que os tinha feito mudar, ao que o conselheiro responde: “Mudar? Não mudaram nada; são os mesmos”. A conclusão vem disso:

Nada era novidade para o conselheiro, que assistira à ligação e desligação dos dois gêmeos. Enquanto o outro falava, ele ia remontando os tempos e a vida deles, recompondo as lutas, os contrastes, a aversão recíproca, apenas disfarçada, apenas interrompida por algum motivo mais forte, mas persistente no sangue, como necessidade virtual (cap. CXXI).

Brigaram no início do romance – ainda no útero da mãe –, durante toda a narrativa e no fim dela. Fossem desavenças entre crianças, a disputa por Flora ou as divergências políticas, brigariam: “[...] não lhes faltava campo em que divergissem. Nem era preciso política” (cap. CXIV). Porém isso não responde tudo. Uma leitura mais atenta permite entrever outros elementos.

O capítulo XXIV é interessantíssimo. Nele ocorre uma disputa com gravuras. Pedro compra uma de Luís XVI e Paulo uma de Robespierre. Por suas inclinações políticas isso parece óbvio, mas serve para revelar que tipo de republicano Paulo se tornaria. Robespierre fora um nome evidente na época mais radical da Revolução Francesa, e é o mesmo caminho radical que Paulo segue. Ele bem se encaixa no perfil dos jovens idealizadores da República. A compra da gravura do revolucionário francês ilustra bem que tipo de transformação esperava.

O jovem republicano, futuramente estudante de direito em São Paulo e, portanto, membro da elite bacharelesca, considerava a Monarquia um atraso. Dentro dela liberais e conservadores seriam “tudo a mesma farinha” (cap. XXIV). A República seria “mais do que um simples mudança de regime”, representando “um passo no processo de aprimoramento e civilização da nação” (PEREIRA, 2003, p. 58).

Havia três tipos de República no cardápio dos brasileiros: o positivista, o americano e o francês. A variedade de possibilidades aparece na história dos irmãos: “Paulo viu-se à testa de uma República, em que o antigo e o moderno, o futuro e o passado se mesclassem, uma Roma nova, uma Convenção Nacional, a República Francesa e os Estados Unidos da América.” (cap. XXXVI). A mescla de ideias é uma das peculiaridades do jovem, bem como da República brasileira.

Segundo José Murilo de Carvalho (1990) os mais radicais defendiam a saída positivista, pois não lhes convinha a solução americana, uma vez que não tinham forças para lutar num comércio livre; também não havia participação popular para promover uma revolução à francesa. O Brasil recebeu também influência do pensamento liberal, especialmente do norte-americano. Para José Murilo de Carvalho (1990, p. 18) os fundadores da República dos Estados Unidos a

enxergavam como baseada na “predominância do interesse individual, da busca de felicidade pessoal”. O público, nesse caso, seria a soma dos interesses individuais. O problema da constituição da identidade nacional, a escravidão e a imigração estrangeira estão relacionados com o modelo escolhido. O Partido Republicano optou pela definição americana, pois evitava a participação popular devido à ênfase no individualismo. E também “ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa dos seus interesses particulares” (CARVALHO, 1990, p. 24).

Machado de Assis retratou muito bem esses interesses particulares se sobrepondo a tudo. Aires é um bom exemplo. Vendo uma confusão na rua – que denuncia certa tensão política no ar – o bom conselheiro se lembra de uma amante sevilhana quando servia como adido de legação em Caracas:

A ascensão de um governo, – de um regime que fosse, – com as suas idéias novas, os seus homens frescos, leis e aclamações, valia menos para ele que o riso da jovem comediante. Onde iria ela? A sombra da moça varreu tudo o mais, a rua, a gente, o gatuno, para ficar só diante do velho Aires, dando aos quadris e cantarolando a trova andaluza (cap. XL)

Ainda que alguns ficassem alheios à política, havia mudanças de governo e de regime. Se para alguns bastava cumprimentar o novo governo, fosse qual fosse, outros sonhavam com grandes transformações.

Para alguns o Partido Republicano se desviou dos seus ideais originais. Isso era de certo modo natural, pois se tratava de proprietários rurais que aderiram à causa republicana menos pelo ideal em si do que por estarem desgostosos com a Monarquia. Estaria buscando somente a sua manutenção no poder, fosse Monarquia ou República. No romance os membros do partido aparecem apenas de relance pouco antes do 15 de novembro: “Na Rua Gonçalves Dias, indo para o Largo da Carioca, Paulo viu dois ou três políticos de São Paulo, republicanos, parece que fazendeiros. Havendo-os deixado lá, admirou-se de os ver aqui, sem advertir que a última vez que os vira ia já a alguma distância.” (cap. LVII).

Sobre esse episódio Leonel e Segatto afirmam o seguinte (2009, p. 347):

É plausível supor que esse episódio refira-se, com fina sutileza, a adeptos do Partido Republicano que estavam conspirando com os militares para a derrubada da Monarquia e a implantação da República e, por isso, encontravam-se, naquele momento, no Rio de Janeiro. É conhecido o fato de que importante facção da burguesia cafeeira paulista atuou intensamente como agente nas articulações e operações relativas à mudança de regime e nelas desempenhou papel expressivo, além de ter dado aval político e lastro socioeconômico ao movimento que desembocou na parada militar de 15 de novembro de 1889.

Paulo e seus amigos não falam com esses republicanos, não há troca de ideias, apenas

aparecem de relance. Isso por si só já é um indicativo sutil da ausência de participação popular e mesmo de muitos outros grupos sociais. A República veio pela mão (ou espada) dos militares, que tinham grande influência positivista. E na casa de Santos “Ninguém sabia se a vitória do movimento era um bem, se um mal, apenas sabiam que era um fato. Daí a ingenuidade com que alguém propôs o voltarete do costume, e a boa vontade de outros em aceitá-lo” (cap. LXVI).

O oportunismo político é mostrado por Batista no capítulo XLVII. Ainda no Império, os conservadores tinham perdido o poder, justamente quando ele estava para conseguir uma presidência. Quando afirma para a mulher, D. Cláudia, que esperava uma nova ascensão dos conservadores ao poder, mostrando uma certa fidelidade, é por ela questionado: “– Batista, você nunca foi conservador! O marido empalideceu e recuou, como se ouvira a própria ingratidão de um partido. Nunca fora conservador? Mas que era ele então, que podia ser neste mundo?”.

Depois, sozinho, reflete e acaba por se convencer que não era conservador:

E depois não era propriamente conservador, mas saquarema, como os liberais eram luzias. Batista agarrava-se agora a estas designações obsoletas e deprimentes que mudavam o estilo aos partidos; donde vinha que hoje não havia entre eles o grande abismo de 1842 e 1848. E lembrava-se do Visconde de Albuquerque ou de outro senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador que um liberal, e vice-versa. E evocava exemplos, o Partido Progressista, Olinda, Nabuco, Zacarias. Que foram eles senão conservadores que compreenderam os tempos novos e tiraram às idéias liberais aquele sangue das revoluções, para lhes pôr uma cor viva, sim, mas serena? Nem o mundo era dos emperrados... (cap. XLVII).

Dessa forma deixa claro que o mais importante era um cargo, junto aos conservadores ou liberais. Mais do que Batista, D. Cláudia é a representação dessa forma interesseira de fazer política. Preocupava-se apenas em obter uma boa posição para o marido, estivessem no poder os conservadores ou liberais, fosse Império ou República, com Deodoro ou Floriano presidente. Tudo se resumia a cálculos políticos. O que havia na elite era uma disputa vazia pelo poder. Isso pode ser considerado uma constante tanto na Monarquia quanto na República. No baile da ilha fiscal ou na festa depois da proclamação havia preocupações diferentes, mas todos dançam, com olhos velhos ou novos, com sede de poder. Bailam por seus próprios umbigos.

No livro a mudança de regime quase se resume a uma mudança de placa. Ao invés de *Confeitaria do Império* a placa de Custódio deveria ser *Confeitaria da República*. Apesar de um certo susto ao saber da proclamação, logo a principal preocupação do comerciante amigo de Aires se volta para seu negócio. Poderia ser atacado pelos republicanos caso mantivesse o nome antigo, mas retornaria ao mesmo impasse se houvesse uma contra-revolução. “Afinal, que tinha ele com política?” (cap. LXIII). O desejo de Custódio era manter tudo como estava. Mas a tabuleta estava podre, assim como o Império. Restava saber o que escrever na nova. No fim, por sugestão de Aires,

fica escrito *Confeitaria do Governo!*

A percepção de Leonel e Segatto (2009, p. 347) sobre esse episódio é acertada:

O episódio da tabuleta é revelador não só do drama pessoal do pobre confeitiro desarvorado, mas pode – ou exige – ser lido como uma alusão à impotência da massa da população diante de uma mudança política súbita e inopinada, em que o protagonismo é privilégio de alguns poucos. Veja-se que, no romance, tal circunstância não é reportada por meio de comentário aberto do narrador.

Para Custódio a mudança de regime serve apenas para trazer-lhe preocupações. Seu cotidiano era por demais afastado da política de modo que não tinha tempo para gastar com isso.

A questão que surge é a dissociação entre a política e o cotidiano da maioria das pessoas. É assim que ela aparece em *Esau e Jacó*. Por exemplo, os dois irmãos, quando adentravam às belezas naturais, à poesia cotidiana, esqueciam a política (e as brigas). No romance há uma sobreposição do cotidiano e da introspecção à política, apesar de afirmar que “a boa moral pede que ponhamos a coisa pública acima das pessoas” (cap. LXXXV). Nem Pedro nem Paulo conseguiam seguir a boa moral. Pensavam em Flora. E Flora, essa tocava seu piano, alheia às disputas políticas. As notas da música “vibravam para fugir aos homens e suas dissensões” (cap. LXIX).

Da parte de muitos entusiastas da República houve espanto em face da mudança de regime: “Como diabo é que eles fizeram isso, sem que ninguém desse pela coisa? refletia Paulo” (cap. LXVII). Eles estavam desvinculados do movimento que efetivou a proclamação. Assim vemos o jovem com seus amigos na noite seguinte do fim do Império:

Saindo de casa, Paulo foi à de um amigo, e os dois entraram a buscar outros da mesma idade e igual intimidade. Foram aos jornais, ao quartel do campo, e passaram algum tempo diante da casa de Deodoro. Gostavam de ver os soldados, a pé ou a cavalo, pediam licença, falavam-lhes, ofereciam cigarros. Era a única concessão destes; nenhum lhes contou o que se passara, nem todos saberiam nada.

Não importa, iam cheios de si. Paulo era o mais entusiasta e convicto. Aos outros valia só a mocidade, que é um programa, mas o filho de Santos tinha frescas todas as idéias do novo regime, e possuía ainda outras que não via aceitar; bater-se-ia por elas. Trazia até o desejo de achar alguém na rua, que soltasse um grito, já agora sedicioso, para lhe quebrar a cabeça com a bengala. Note-se que esquecera ou perdera a bengala. Não deu por falta dela; se desse, bastavam-lhe os braços e as mãos.

Propôs cantarem a Marselhesa; os outros não quiseram ir tão longe, não por medo, senão de cansados. Paulo, que resistia mais que eles à fadiga, lembrou-lhes esperar a aurora.(cap. LXVII)

A República seria para eles o enterro definitivo de “um passado feito de atraso, incorporando-se decisivamente à modernidade das mais avançadas nações européias” (PEREIRA, 2003, p. 61). Saudaram-na mesmo sem terem tomado parte na mudança e sem verem nenhuma transformação na vida, na cultura do povo. Esqueceram-se de perguntar sobre o tipo de República que havia sido proclamada, tendo se deixado levar por uma comemoração precipitada e sonhadora,

que estava por demais distante dos acontecimentos: “Poetas de um e outro regime tiraram imagem do fato para cantarem a alegria e a melancolia do mundo” (cap. LXX).

Os homens das letras entraram então na disputa pelo que seria a nova República. Paulo era um deles: “[...] tinha agora um ar brilhante e petulante, olhava por cima, firme em que seus escritos de um ano é que haviam feito a República, posto que incompleta, sem certas idéias que expusera e defendera, e teriam de vir um dia, breve” (cap. LXX). Os governos iniciais frustraram esses sonhos, uma vez que reprimiram suas tentativas de determinarem o sentido do novo regime. Era grande o abismo entre a realidade vivida e o que tinham idealizado.

No início ainda pensava que as mudanças viriam. Não vieram, e revelou-se sábio o conselho de Aires a Santos frente à pergunta ansiosa deste, mostrando confiança que tudo continuaria igual: “– Então, parece-lhe... ? – Que descanse” (cap. LXIV). E o próprio Santos atesta a mesma convicção ao chegar em casa. Junto de seus amigos de sempre faz o que costumava fazer, vai às cartas. Tudo continua igual. Às cartas, portanto! Tinham razão. A República era uma fruta com bicho, madura já há muito tempo, passada do ponto, que se desmoronava na frente dos seus idealizadores.

Por fim Pedro, o monarquista, aceita o regime, e Paulo o rejeita, pois aquela República seria filha do Império:

A oposição de Paulo não era ao princípio, mas à execução. Não é esta a República dos meus sonhos, dizia ele; e dispunha-se a reformá-la em três tempos, com a fina-flor das instituições humanas, não presentes nem passadas, mas futuras. Quando falava delas, via-se-lhe a convicção nos lábios e nos olhos, estes alongados, como alma de profeta. Era outro ensejo de se não entenderem os dois. (cap. CXV)

Coelho Netto fez do Rio de Janeiro uma alegoria da República: a cidade, pretensamente uma projeção da civilização na mente dos que não a conheciam, era na realidade um espaço de vícios, a degeneração ao invés do progresso (PEREIRA, 2003). Leonardo Mendes e Renata P. Vieira (2009, p. 78) afirmam o seguinte:

Tanto Coelho Neto como seus amigos da boemia, tais como Aluisio Azevedo (1857-1913), José do Patrocínio (1853-1905), Olavo Bilac (1865-1918) e Pardal Mallet (1864-1964), entre outros, imaginavam (e por ela lutaram de várias maneiras no jornalismo e na ficção) uma República da diversidade, diferente da República oligárquica e hierárquica, concentrada nos cafeicultores paulistas, instalada a partir de 1894 com Prudente de Moraes.

A República se tornou um sonho mentiroso, um devaneio despropositado. O sonho nada mais foi do que uma *miragem* aparecida no dia 15 de novembro, para usar o título da obra de Coelho Neto.

Nos Estados Unidos a República não fundara uma nova sociedade já que, segundo

Hannah Arendt (Apud Carvalho, 1990, p. 19), “a verdadeira revolução já estava feita antes da independência”, justamente o que os homens de letras esperavam que acontecesse no Brasil. Foi diferente. Aqui “o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário” (CARVALHO, 1990, p. 25).

Ou seja, ficou ainda mais clara a inutilidade da simples troca de regime. Tudo mais continuava igual, e talvez pior, porque agora alguns podiam ter a impressão de que as coisas iam bem, porquanto ocorrera uma revolução, ainda que José Murilo de Carvalho (1990, p. 33) diga que “foi geral o desencanto com a obra de 1889”. Aires já anunciara isso: “Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição” (cap. LXIV).

O fim de *Esau e Jacó* se torna imprevisível pois, apesar de possível, tem um certo quê de inverossimilhança. E deve-se também notar que a morte de Flora, diferentemente das mortes românticas, ao invés de tornar o amor eterno serve para promover ainda mais a desavença entre os irmãos. Ao invés de amor, temos ódio eterno. O amor não se concretiza, mas permanece apenas para alimentar a rivalidade dos gêmeos, o que não deixa de soar como uma brincadeira sarcástica em relação ao amor romântico.

Aires já havia explicado que Flora “não era como a República, que um podia defender e o outro atacar; cumpria ganhá-la ou perdê-la de vez” (cap. XC). Flora não era nem a República nem o Império. Talvez fosse, como já dissemos, a representação do Brasil: tanto fazia um ou outro regime, importava-lhe mais o piano, a companhia dos jovens, as alegrias da vida. Também Aires é o Brasil: conciliava tudo, a todos agradava e raramente se posicionava. Porém esse não é o Brasil de todos.

Da perspectiva da elite formou-se a República da conciliação: liberais, conservadores, monarquistas e republicanos, todos os ricos foram incluídos nela. Machado de Assis deixa isso bem claro: lá estão bem acomodados Aires, Santos, Batista, Pedro e até Custódio. Certamente não foi por tédio à controvérsia. Aqueles que esperavam mudanças profundas se desiludiram, como Paulo – que pode ser visto como uma alegoria dos homens de letras mencionados acima. Os demais foram simplesmente excluídos do processo. Assim é mostrado em *Esau e Jacó*.

A República francesa foi representada por Delacroix como uma mulher portando um estandarte. Essa é a associação mais comum, mas no Brasil a figura não cabe. Aqui não houve

guerra ou revolução. A República também pode ser representada como uma mulher mas, como Flora, é uma jovem morta. Para muitos que lutaram por ela, como Coelho Neto, era manca. Considerando sobretudo as expectativas frustradas, as transformações que não vieram e o continuísmo entre Império e República, parece-nos que a melhor imagem está naquela afirmação de Aires para tranquilizar Santos: “ também se muda de roupa sem trocar de pele”. A República foi isso, apenas uma roupa nova.

Referências bibliográficas

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo, Ática, 1990.
- _____. *Romances e contos completos*. Disponível em: <http://www.brasilepub.com.br/index.php/machado-de-assis/151-romances-e-contos-completos.html>. Acesso em: 15 fev. 2013. Edição eletrônica preparada por Brasil Epub a partir dos textos disponibilizados pelo Ministério da Educação em <http://machado.mec.gov.br>.
- BLOOM, Harold. *Shakespeare: a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
- CALDWELL, Helen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2008.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. Jonh Gledson, leitor de Machado de Assis. Resenha de GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 109-115, jul.-dez. 2006 .
- _____. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- CHINALLI, Mirian. Trocas simbólicas entre Psicanálise e Literatura infanto-juvenil. *D.O. Leitura – Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado*. São Paulo: Ano 21, no. 5, maio de 2003, p. .
- CINTRA, Ismael Angelo. Discursos entrecruzados: história e representação em *Esau e Jacó*. *Linha D'água*. São Paulo, n. 7, 1990, p. 24-31.
- GARCÍA LORCA, Federico. *Obra poética completa*. Tradução de William Agel de Mello. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEONEL, Maria Célia.; SEGATTO, José Antonio. Machado de Assis: representação literária do fim do Império. *Itinerários*. Araraquara, n. 29, p. 333-352, 2009.

MENDES, Leonardo; VIEIRA, Renata Ferreira. A República Manca: Miragem, de Coelho Neto e o naturalismo da desilusão *Soletras*. São Gonçalo, RJ, n. 18, p. 74-82, 2009.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virgínia C. (Org.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003, p.53-72.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.